
DESVIOS À NORMA NO PORTUGUÊS FALADO EM MOÇAMBIQUE

Gregório Firmino*

A língua entendida como instituição (HALLIDAY, M.A.K., 1978: 183), comporta variações sincrónicas determinadas pelo sistema social no qual serve como instrumento de semiose. Este conjunto de variedades linguísticas (dialectos, sociolectos, idiolectos) funcionam dentro de uma comunidade linguística contando com um 'ponto de referência' tido, por razões não puramente linguísticas, como a variante que representa o modelo de perfeição no uso da língua, ou seja, como norma-padrão.

A mudança do estatuto político de Moçambique operada em 1975 não implicou alterações à normatividade linguística já em vigor, apesar das novas configurações que a realidade moçambicana assume, isto é, apesar do novo contexto em que o Português passa a ser usado: a actividade linguística continuou a reger-se pela norma-padrão usada em Portugal. Considerando que uma língua natural se inter-relaciona com as condições do meio em que se insere e cumpre as suas funções de comunicação em sintonia com estas, o uso da língua portuguesa não se poderia, pois, processar sem que ela se fosse adaptando às peculiaridades do espaço moçambicano. Assim, paulatinamente, o Português foi sofrendo transformações que, aliás,

* Assistente no Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane - Maputo, Moçambique.

Desvios à norma no português falado em Moçambique

já se operavam mesmo antes da independência, como é natural, embora nestes últimos anos se tenham acentuado consideravelmente. Para este fenómeno, contribui, em grande parte, o alargamento do leque dos utentes da língua portuguesa em consequência da nova situação sócio-política e do novo estatuto da referida língua. O maior envolvimento, a todos os níveis, dos moçambicanos na acção pública (instâncias do poder, serviços públicos, comércio, etc.), o aumento das situações de comunicação em que os interlocutores não falam a mesma língua bantu (ou de outro grupo), o aumento da população escolar atingindo níveis cada vez mais altos, são alguns dos factores que justificam a subida do número de falantes da língua portuguesa. Este aumento dos utentes do Português não implicou o reforço dos mecanismos de ensino sistemático das estruturas desta língua. Muitos dos que se viam na contingência de se expressarem na língua oficial não a tinham aprendido em moldes adequados. Mas, mesmo para os falantes em escolarização ou escolarizados, os problemas de domínio da norma europeia não eram/são menores. A perda da possibilidade de contacto frequente com falantes nativos da língua portuguesa bem como o bilinguismo – repare-se que a percentagem de falantes moçambicanos do Português é igual a 25,6% da população total. Destes, apenas 1,2% têm o Português como língua materna e os restantes 24,4% falam o Português como segunda língua e uma língua bantu como língua materna⁽¹⁾ – dificultam a competência linguística em Português.

A realidade linguística moçambicana permite a detecção de tais perturbações em factos linguísticos não previstos na norma-padrão em vigor, resultantes, fundamentalmente, da aproximação às estruturas das línguas maternas, na maioria dos casos, pertencentes ao grupo das línguas bantu. Este fenómeno é mais notório – cremos – a nível fonético-fonológico onde a transformação está mais fortalecida ao ponto de ser um bom indicador da língua materna do falante. Eis alguns exemplos elucidativos:

1. Os falantes de Gitonga têm a tendência de fricativizar o som que, segundo a norma, deve ser pronunciado como uma oclusiva velar sonora [g].

Os falantes de Tsonga por seu turno, têm a tendência de acentuar a oclusão quando realizam o referido som. Assim, pode-se deduzir que os falantes das línguas bantu referidas tendem a produzir o [g] actualizando o som mais próximo existente nessas línguas.

2. Os falantes de Emakhuwa tendem a ensurdecer as oclusivas bilabial e linguodental [b] e [d], respectivamente, realizando-as, portanto, como [p] e [t], respectivamente. Na referida língua aquelas oclusivas sonoras não existem embora nela ocorram sons próximos de [p] e [t] - oclusivas surdas - que se distinguem das outras no vozeamento. Daí a tendência para o ensurdecimento de [b] e [d].

3. Ainda no âmbito do que se mencionou no número anterior, deve-se acrescentar que é frequente notar em falantes de diversas línguas bantu a tendência para a não actualização de [d] e de [t] como consoantes oclusivas linguodentais. As razões prendem-se com o que já foi referido. Na língua Tsonga, por exemplo, a articulação dos sons mais próximos destes efectua-se na zona alveolar da cavidade bucal. Ao falar a língua portuguesa, o falante de Tsonga terá a tendência de reproduzir esta articulação.

Se bem que seja o nível fonético-fonológico o que melhor tipifica a maioria dos falantes moçambicanos de Português, os desvios motivados pelos bilinguismo ocorrem também a outros níveis como sejam o morfo-sintático ou o lexical.

Vejam-se alguns exemplos:

1. F = Eu fui dado um rebuçado.

A frase "Eu fui dado um rebuçado" representa uma construção passiva incorrecta por conter um suposto sujeito que, numa fase activa correspondente, desempenha a função de objecto indirecto e não a de objecto directo, como devia ser. Tendo em conta que neste caso a frase passiva correcta devia ser "Foi-me dado um rebuçado", o que pressupõe uma frase activa como "Deram-me um rebuçado", pode-se supor que a

frase "Eu fui dado um rebuçado" faz referência a uma acção cujo agente não interessa determinar sendo por isso que as duas frases referidas, que seguem a norma, não apresentam, respectivamente, nem o agente da passiva (obliquo) nem o sujeito. Por outro lado, a acção exige a nomeação da entidade a favor da qual ela (a acção) se realiza, ou seja, a frase deve conter um objecto indirecto sob a forma do pronome pessoal clítico *me*. Porém, para alguns falantes, não é fácil estabelecer a distinção entre os pronomes pessoais-sujeito – portanto, com o caso nominativo – e os pronomes pessoais-objecto, que têm o caso dativo quando desempenham a função de objecto indirecto. Será esta dificuldade em distinguir os dois tipos de pronomes que ocasiona perturbações no uso do clítico, o qual é preterido a favor do pronome-sujeito por ser o mais usual e dever ocorrer na frase numa posição pré-verbal, própria do sujeito – note-se ainda que para o sujeito falante é mais fácil conceptualizar o sujeito. A perturbação referida pode ser explicada pelo facto de nas línguas bantu – pelo menos as que conhecemos, Tsonga e Gitonga – o mesmo pronome pessoal poder apresentar os matizes referidos. Podem servir de prova os seguintes exemplos: "*Mina ndzitamunyika xidonsana*" (o pronome *mina* tem a função de sujeito) e "*Mina vandzinyikile xidonsana*" (o pronome *mina* tem a função de objecto indirecto).

Mas, como o pronome *eu* da frase "Eu fui dado um rebuçado" não pode absorver os valores inerentes a designação da entidade a que algo se transfere – objecto indirecto – recorre-se a uma construção passiva para se colmatar a deficiência, seguindo-se o que pode acontecer nas línguas bantu: "*Mina ndzinyikiwile xidonsana*" (Tsonga) ou "*Eni niningiwile gidosana*" (Gitonga)⁽²⁾. A frase "*Mina vandzinyikile xidonsana*", que quer dizer "Deram-me um rebuçado", embora não se encontre na passiva, também pode ajudar a explicar a frase anómala em análise. Ela é iniciada pelo pronome *mina* – podia não estar lexicalizado mas tal não invalida a explicação – que pode ser traduzido por *eu*, mas não neste caso. A ocorrência do prefixo de concordância verbal do sujeito (co-referente do sujeito) da 3ª pessoa do plural, classe 2, *va*, permite que àquele pronome não se possa

atribuir a função de sujeito – de facto, trata-se de um objecto indirecto – não podendo por isso ser traduzido por *eu*, contrariamente a tendência de alguns falantes. A tradução errada de *mina* – ou de outro pronome equivalente, se se tratar de uma outra língua bantu – conduz, como já se referiu, à frase "Eu fui dado um rebuçado".

2. F = É o sentar dele. (É a sua maneira de se sentar/ser.)

Numa frase bantu análoga ao exemplo, pode ser "*I matshamela yake*" (Tsonga). Ao verbo *-tshama* se sufixa a extensão verbal causativa *-ela* inicitiva da maneira segundo a qual uma acção é desenvolvida. Juntamente com este processo ocorre uma nominalização do verbo referido através do uso do prefixo nominal *ma*. Isto é o que transparece na "frase" em Português: surge o verbo *sentar* no infinitivo, uma forma nominal, ao lado do artigo definido que reforça a nominalização. A forma verbal *é* e a contracção entre a preposição *de* e o pronome pessoal *ele* resultam, respectivamente, da cópula verbal *i* e do possessivo *yake*. Para além dos aspectos morfo-sintácticos considerados, deve-se salientar que existe um fenómeno de interferência semântica. Surge o verbo *sentar* que resulta da tradução de *-tshama*, cujo significado pode ser ou "sentar" ou "maneira de ser". Do ponto de vista semântico, a forma *sentar* comporta-se, nesta frase, do mesmo modo que *-tshama* em Tsonga.

3. F1 = A mamã bateu-me *enquanto* eu não tinha culpa.
(A mamã bateu-me embora não tivesse culpa.)
F1' = *Mamani andzibile kuve andzina nandzu.*
F2 = Chegou *enquanto* cantávamos.
F2' = *Afikile kuve ahiyimbelela.*

O uso do conector *enquanto* implica estados de coisas que se realizam simultaneamente. É o que se passa na frase F2. Em F1, o conector em causa está desviado do seu valor normal porque exprime, indevidamente, uma junção contrastiva – valor próprio dos introdutores concessivos ou

adversativos – por relacionar duas situações em que uma delas representa em relação a outra um desenvolvimento anómalo/ilógico imprevisível dos acontecimentos. Na Língua Tsonga, a *kuve* associam-se os dois valores referidos. Daí, parece, que surjam frases como F1.

4. F = Eu tenho cabeça. (Eu tenho dores de cabeça.)

"Eu tenho cabeça" parece ser uma tradução literal de uma frase possível nas línguas bantu: "Ndzi ni nholoko" (Tsonga) ou "Nyi nani hungu" (Gitonga). O significado exacto destas frases obtém-se de uma forma pragmática, ou seja, o falante infere, de antemão, que elas não podem ser interpretadas literalmente. Uma frase análoga em Português não permite a extracção dos mesmos efeitos pragmáticos pelo que o seu uso é inviável. No lugar de "eu tenho cabeça" dever-se-ia dizer "Eu tenho dores de cabeça" ou "Eu estou com dores de cabeça".

5. F1 = Eu falo *muito, muito-muito* quando estou bêbado.
(Eu falo muito, sobretudo quando estou bêbado.)

F1' = *Mina ndzikhanela ngopfu, ngopfu-ngopfu loko ndzi dakwile.* (Tsonga)

F1"= *Eni nyinguganela ngudzu, ngudzu-ngudzu amba nyi levile.* (Gitonga)

Nas línguas bantu existe uma palavra traduzível por *muito*, caso de *ngopfu* (Tsonga) ou *ngudzu* (Gitonga), cuja reduplicação é possível – *ngopfu-ngopfu* ou *ngudzu-ngudzu* – mas com outros valores semânticos. Em Português, tal reduplicação não é possível. Quer parecer que o uso de *muito-muito* é uma generalização para o Português de um fenómeno próprio das línguas bantu por existir uma semelhança no significado das palavras referidas quando não sofrem a reduplicação. *Ngopfu-ngopfu* ou *ngudzu-ngudzu* devem ser traduzidos por *sobretudo* ou *principalmente*.

6. O uso de neologismos como *tchovar* ou *djico* também se liga ao bilinguismo que se verifica em Moçambique. Nos casos referidos, aportuguesaram-se os verbos *-chovha* e *-jika*, oriundos de Tsonga.

Todavia, as transformações por que vai passando a língua portuguesa em Moçambique não se explicam somente através da influência das línguas africanas – ou outras como o hindu – e, mesmo quando ela é inequívoca, essa influência pode efectuar-se de uma forma indirecta, quando o falante a absorve não porque fale esta ou aquela língua bantu como língua materna – esta condição não é imprescindível – mas porque vive num meio onde um determinado desvio ocorre com muita frequência. Os desvios que, aparentemente, não se podem imputar à influência das línguas em coexistência com o Português resultam, naturalmente, do deficiente domínio do funcionamento das estruturas do Português. Neste caso, porém, suprime-se a deficiência com o recurso a aproximações/analogias com outras estruturas existentes na língua, o que quer dizer, principalmente, generalização de aspectos que servem para uma parte das realizações linguísticas. São exemplos:

1. A incorporação do prefixo *des* à forma *conseguir*. Se é verdade que em muitos casos o prefixo referido se acrescenta a uma palavra para indicar oposição, por exemplo, em *desdizer* ou *desfazer*, a norma não prescreve tal uso para *desconseguir*.

2. O acrescentamento (prótese) de um *a* à palavra *hoje*. É, parece, um fenómeno de etimologia popular a partir da comparação com a palavra *amanhã* que é interpretada como se resultasse do acrescentamento de um *a* à palavra *manhã*. Assim, transpõe-se para *hoje* o que deduz erradamente de *amanhã*.

Por outro lado, alguns destes desvios podem surgir da própria complexidade do sistema linguístico. Como frisa GONÇALVES (1986: 18), "em qualquer língua, existem sempre estruturas cuja realização, por razões variadas, apresenta dificuldade. Em certos casos, essas dificuldades são

Desvios à norma no português falado em Moçambique

sentidas pelos próprios falantes natos dessa língua; noutros casos, trata-se de dificuldades sentidas por qualquer aprendiz dessa língua, independentemente da estrutura da sua língua materna". A regência preposicional, a julgar pelas oscilações dos falantes, constitui um bom exemplo de uma área problemática do sistema linguístico português. Eis alguns casos de usos incorrectos de preposições:

1. F1 = Eu vou *na* escola. (em vez de "Eu vou *à* escola")
F2 = Não cheguei *de* falar. (em vez de "Não cheguei *a* falar")
F3 = Cheguei *em* casa ao meio-dia. (em vez de "Cheguei *à/a* casa ao meio-dia")

Estes três casos documentam um fenómeno muito generalizado que, em parte, se verifica em outras zonas onde se fala o Português (caso do Brasil): a tendência para se evitar a preposição *a*. Isto pode-se explicar, em parte, pelo facto de a preposição *a* se referir a valores portadores de matizes de apreensão difícil para alguns falantes. Por outro lado, em F1 e F3 os estados de coisas descritos relacionam-se com um movimento para o interior de um espaço (escola, casa). É, pelo que parece, esta noção de movimento para o interior que suscita o aparecimento da preposição *em*. Em F2 o verbo *chegar* exige a preposição *a* de forma a marcar o valor aspectual conclusivo – que indica que "um estado de coisas (P) localizado num dado It (Intervalo de tempo) é diferente do que ocorrerá no It' posterior adjacente a It (P) é apresentado do ponto de vista do termo da sua ocorrência em It." (MATEUS, M. H. M. et al., 1983: 134) – sobre o verbo *falar*.

Os clíticos constituem uma outra área problemática para muitos falantes. Segundo a norma em vigor, a posição da sua ocorrência varia de contexto para contexto: nuns casos colocam-se antes do verbo, noutros numa posição pós-verbal. Esta variação cria dificuldades em certos utentes da língua portuguesa⁽³⁾. Daí a ocorrência de frase anómalas como:

2. F1 = Quando encontrei-te, estavas com ele. (devia ser "Quando *te* encontrei, estavas com ele.")
- F2 = Também pode se analisar sob o ponto de vista da sua ocorrência. (devia ser "Também se pode analisar sob o ponto de vista da sua ocorrência.")
- F3 = Um fio que ia-se alargando até ocupar a extensão do corredor saía do camarote. (devia ser "Um fio que se ia alargando até ocupar a extensão do corredor, saía do camarote.")

Mas a dificuldade no uso dos clíticos não se restringe apenas à sua incorrecta colocação. Como já se referiu, pode-se explicar o aparecimento do pronome *eu* e da construção passiva em "Eu fui dado um rebuçado" a partir do desconhecimento e não domínio do funcionamento dos pronomes pessoais átonos (clíticos).

Os desvios à norma-padrão ocorrem juntamente com fenómenos linguísticos de sentido contrário, isto é, que concorrem para a manutenção da referida norma-padrão, mesmo que a aproximação a esta seja assintótica, como sempre o é, já que o padrão linguístico é apenas um ponto de referência. A norma-padrão europeia é sentida pelos falantes "como modelo, como norma, como ideal linguístico" (CINTRA, L. e CUNHA, C., 1984, 4) a que todos aspiram e todos reconhecem incluindo os que, por variadas razões, não a conseguem actualizar perfeitamente; confere-se-lhe prestígio e, na comunidade linguística moçambicana, o domínio da norma europeia é sinónimo de falar bem português. Tal é corroborado pelo facto de:

- . a língua portuguesa, em tanto que instrumento de unidade nacional, ser concebida como sendo a variedade europeia (pressupondo-se a norma europeia)
- . a norma europeia ser associada a todas as actividades públicas (governo, informação, ensino formal, etc.)

Desvios à norma no português falado em Moçambique

- . a norma europeia ser usada pelas pessoas mais influentes na sociedade

Assim, aos desvios é reservada, na generalidade uma conotação disfórica, sendo este fenómeno mais flagrante se se tratar de factos linguísticos próprios da fonética, morfologia ou sintaxe.

NOTAS

- (1) Dados extraídos de MINED/EMS. 1986. *Atlas Geográfico*, vol. 1. 2ª ed. revista e actualizada, p. 46.
- (2) As duas frases devem traduzir-se por "Foi-me dado um rebuçado".
- (3) Há quem defenda que a colocação do clítico constitui já uma marca do Português moçambicano devido à alta frequência do "mau uso" do referido pronome. Aliás, trata-se de um assunto merecedor de estudo mais aprofundado porque quer parecer que o uso dos clíticos em Moçambique não é feito de uma forma arbitrária; obedece a certas normas se bem que diferentes das do padrão europeu.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CORDER, S. PTT., 1973, *Introduction to Applied Linguistics*, Penguin Books.
- CUNHA, C. e CINTRA, L., 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.
- GONÇALVES, P., 1986, "O Português em Moçambique - Análise de Erros em Construções de Subordinação", *Limani*, nº 1: 11-23.
- HALLIDAY, M. A. K., 1978, *Language as a Social Semiotic*, London, Edward Arnold.
- MATEUS, M. H. M. et al., 1983, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- MINED/EMS, 1986, *Atlas Geográfico*, vol. 1, 2ª edição revista e actualizada.